

Revisar, hoje: o papel dos profissionais do texto e os novos desafios da cultura digital

A revisão de textos como tecnologia de interlocução

Proofreading as an interlocutive exchange

La corrección textual como tecnología de interlocución

Luciana Salazar Salgado¹ 

¹Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil

RESUMO

O que há de novo, afinal, nas novas tecnologias? Consideremos que essa pergunta está sendo feita aqui com base num programa de pesquisa que entende os objetos editoriais na sua dimensão discursivo-midiológica, ou seja, como material verbal inscrito em materialidades tangíveis que participam da produção dos sentidos. Sobre essas bases, entendendo o tratamento editorial de textos como interlocução (e nunca mera aplicação de protocolos, como ainda se crê em muitos ambientes de trabalho) é que nos perguntamos o que há de efetivamente novo na digitalidade – a lógica que preside os dispositivos digitais, mas vaza para além deles –, se encontramos nas práticas digitais até mesmo o que desde o século XIII se vem fazendo no mundo das publicações. A saber: organizar formalmente o texto para públicos leitores projetados.

Palavras-chave: Interlocução; Mídias digitais; Revisão de textos.

ABSTRACT

After all, what is new in the new technologies? Let's consider that this question is being asked here based on a research program that understands editorial objects in their discursive-mediological dimension, in other words, as verbal material inscribed in tangible materialities that participate in the production of meanings. On this basis, understanding the editorial treatment of texts as a dialogical practice (and not merely the application of protocols, as is still believed in many work environments), we ask ourselves what is really new about digitality - the logic that presides over digital devices, but leaks beyond them - if we find in digital practices even what has been done in publishing since the 13th century. Namely: formally organizing the text for projected readerships.

Keywords: Interlocutive exchange; Digital mediums; Proofreading.

RESUMEN

¿Qué hay de nuevo, después de todo, en las nuevas tecnologías? Consideremos que esta pregunta se plantea aquí a partir de un programa de investigación que entiende los objetos editoriales en su dimensión discursivo-mediológica, es decir, como material verbal inscrito en materialidades tangibles que participan en la producción de los sentidos. Sobre esta base, entendiendo el tratamiento editorial de los textos como una interlocución (y no como la mera aplicación de protocolos, como aún se cree en muchos entornos de trabajo), nos preguntamos qué hay de realmente nuevo en la digitalidad – la lógica que preside los dispositivos digitales, pero que se filtra más allá de ellos – si encontramos en las prácticas digitales incluso lo que se viene haciendo en el mundo de las publicaciones desde el siglo XIII. A saber: organizar formalmente el texto para lectores proyectados.

Palabras-clave: Interlocución; Mediums digitales; Correction textual.

1 A REVISÃO DE TEXTO NUM PROGRAMA DE PESQUISA

No livro *Conectando saberes e práticas: reflexões sobre revisão de textos*, que resultou da quinta edição do Fórum Nacional de Revisão de Textos, ocorrida em novembro de 2022 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, lemos:

Estes textos perspectivam a diversidade de espaços que podem ser ocupados pelo(a) profissional de revisão; revelam que as questões do gênero discursivo implicam uma variante da língua, por isso, é preciso flexibilidade e formação contínua e, ainda, capacidade de negociação com o(a) autor(a) do texto. No final de todo esse trabalho, quem ganha é o leitor, que tem uma obra com mais legibilidade, feita a várias mãos, com inúmeros olhares e em etapas diferentes de produção. (Gonçalves et al., 2024, p. 9)

Essa perspectiva da revisão de textos, que supõe múltiplas tarefas sobre múltiplas formas de expressão textual, tem sido desenvolvida em território brasileiro de modo sistemático e consistente pelo menos desde o período marcado, entre outras publicações seminais, pelo artigo de Cristina Yamazaki, de 2007, que mergulha na flutuação terminológica relativa à designação da atividade de revisão de textos e põe, pela primeira vez em ampla circulação, o problema da invisibilização das atividades de trabalho dedicadas ao tratamento editorial de textos¹. Muito se produziu a respeito

¹ A reflexão terminológica de Mirella Balestero, de 2024, é muito esclarecedora dessa questão, intitula-se *Edição de textos no Brasil: descrição, análise e sistematização terminológica*. Para além da proposta de um glossário, a pesquisadora mostra a dinâmica do campo que leva à flutuação dos termos, inclusive no que tange às publicações sobre o tema. É interessante notar que, a partir dessa pesquisa, podemos renovar a discussão, verificando que nas plataformas de oferta de serviços, como o Instagram neste momento, a necessidade de diferenciar prestadores

desse tema desde aí, em dissertações e teses produzidas em diversas universidades e diferentes áreas, e também em artigos científicos e coleções de livros como a do selo Artigo A (de 2016 a 2023): “Questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual” – que vem sendo republicada pela Parábola Editorial, numa demonstração de seu fôlego. No primeiro título dessa coleção, Ana Elisa Ribeiro circunscreve o problema:

[...] autores não fazem livros; quem faz livros são os editores. São esses profissionais que transformam textos e ideias em obras (hoje também digitais). Há editores para todas as linguagens, do som ao vídeo, passando pela palavra, embora tenhamos aprendido na escola que os textos que lemos são resultado de uma relação triádica, isto é, entre autor, leitor e texto. Não é bem assim que tudo acontece. Há uma infinidade de profissionais envolvidos nessa interação, inclusive deixando marcas pelo caminho. (2016, p. 9)

Sublinho as marcas deixadas pelo caminho e, com isso, a própria ideia de caminho. Já no artigo de Yamazaki, líamos, em um dos excertos mais citados desse clássico, algo que remete a essa ideia de processo:

Entre o texto digitado no computador e a brochura com capa, na estante ou na gôndola da livraria, há um longo percurso invisível aos leitores e muitas vezes até aos autores. Além do processo industrial óbvio de transformar bits em matéria — uma matéria atraente e vendável —, existe um processo sutil, que se insinua nos detalhes de cada letra e palavra do texto. (Yamazaki, 2007, p. 1)

Seu artigo descreve, a partir daí, o processo sutil e decisivo de editar a malha textual tecida por um outro, atestando que não é propriamente de correção que se trata, embora certas correções, com base em certos protocolos, façam parte da atividade, e também não se trata de rever o já visto; o trabalho de editar um texto é, antes de tudo, o que se pode chamar de *coenunciação editorial*:

Chamamos de *coenunciador editorial* o profissional que se dedica a calibrar os textos na produção de livros e outros objetos editoriais. Esse profissional pode ser chamado de editor, preparador ou revisor, a depender da fase do processo e das práticas específicas do coletivo de trabalho. Alguns trabalhos acadêmicos buscam esclarecer essa confusão terminológica, delimitando cargos e funções na cadeia da produção editorial. (Salgado; Muniz Junior, 2011, p. 88)

trouxe mais variação, e “revisão de textos” segue sendo um termo guarda-chuva ou uma tag inicial de busca que leva a outros termos bastante idiossincráticos, definidos conforme os valores que cada prestador de serviços pretende pôr em relevo no modo como oferece o trabalho de edição.

As pesquisas feitas nas duas últimas décadas mostram o quanto é singular essa relação que se estabelece entre o escriba autor e esse outro escriba, adjuvante, que não é bem um coautor: de fato, ele acompanha o projeto autoral com vistas a garantir sua vida pública, sua circulação eficaz entre futuros leitores.

A existência dessa relação no processo sutil de que fala Yamazaki, que se insinua nos detalhes, é uma das características do que Muniz Junior. chamou *entrecampo*, considerando, com base nas formulações bourdieusianas, que a edição é um campo que se define por processos nos quais outros campos intervêm e são por ele afetados: edita-se material sobre música, jornalismo, astronomia, física quântica, poesia slam, biografias, teorias sociais, metodologias laboratoriais... Cada campo existe também por conta das obras que publica, e o fato de haver publicações participando da delimitação de um campo influi nessa delimitação. Diante disso, Muniz Jr. propõe olhar para a atividade editorial:

[...] a partir das relações que ela mantém não só com o mercado, mas também com a política e a religião (instâncias que historicamente buscaram moldar a difusão de ideias, por meio de pressões organizadas ou de censura explícita), mas também com os universos de produção simbólica dos quais ela depende para existir: a literatura, as ciências, a filosofia, a educação etc. Sem remeter as práticas editoriais às relações que desde fora as constituem, seria impossível dar a ver adequadamente os condicionamentos pelos quais passam cotidianamente os sujeitos envolvidos em todas as suas fases. (Muniz Junior, 2018, p. 87)

Pois nesse entrecampo é que a coenunciação editorial opera nas finas nervuras dos sentidos, que se produzirão a cada nova leitura de cada novo leitor. A revisão de textos está, assim, no centro dos ritos genéticos editoriais, esse conjunto de práticas objetivas e práticas difusas, oficiais e oficiosas, que funcionam como gestos conjuradores do êxito das obras, gestos que procuram garantir a qualidade de sua vida pública sabendo que não há plenas garantias, mas que, em todo caso, sempre será possível investir na abertura de trilhas preferenciais:

[...] é preciso levar em conta o quanto esse leitor-primeiro, co-enunciador editorial, não determina o texto, embora o faça pender para um lado ou outro.

E, diante disso, que a perspectiva discursiva permite entender que “não é o leitor que é seu autor essencial, mas o próprio texto, concebido como dispositivo que organiza os percursos de sua leitura”; o leitor é “o ‘lugar’ a partir do qual [o texto] pode mostrar sua enunciação descentrada” (Maingueneau, 1996, p. 59). No caso do tratamento editorial de textos, trata-se de uma leitura que explicita esse descentramento de modo que o autor também seja um leitor de seu texto e, enfim, que a versão oferecida a futuros leitores enseje consistentemente sua legitimidade, acolhendo desde os ritos genéticos editoriais a alteridade que todo texto suscita. (Salgado, 2016, p. 228)

Os ritos genéticos editoriais, definidores do entrecampo da edição, firmam posições na dinâmica dos campos, incluindo protocolos e insights, diferentes relações que se definem no manejo de diversas materialidades (a linguística certamente, e também a dos insumos que estão no fabrico dos suportes em que a língua se inscreve para dar-se a ler); instituem-se, assim, os marcos a partir dos quais se pode compreender o quanto os produtos são o que são pelo fato de passarem pelos processos que passam.

Técnicas e normas se imbricam e se realizam em práticas que as celebram ou as subvertem e, nesse caminho, um processo sutil, as marcas dos envolvidos ficam mais ou menos evidentes, conforme cada caso, pulsando no que há de vivo num texto que ganha mundo. Os sentidos de um texto decorrem de tudo isso. Razão pela qual a revisão de textos pode ser vista, conforme esta abordagem, como uma tecnologia de leitura e escrita que contribui para a vitalidade autoral dos textos.

Dados como esse mostram que, na revisão de textos, nunca se trata de simplesmente aplicar protocolos, mas de explicitar, de modo tecnicamente ancorado, a alteridade constitutiva de todo texto. Manobras que poderiam ser chamadas de correção (se considerarmos certos parâmetros) são feitas, como a vírgula que dá ritmo ao período iniciado com a conjunção “afinal”. Mas as outras intervenções do coenunciador editorial operam sobre a malha textual buscando outros efeitos (economia, cadência, tom) ou reforçar os efeitos entendidos como pretendidos nos originais. A nota 2 evidencia isso.

Um dado contundente pode ser retomado de Salgado, 2016:

Figura 1 – Excerto de um ensaio para um fanzine em processo de edição

<p>original</p> <p>A(s) música(s) que ve(ê)m da(s) rua(s)</p> <p>Sim, o plural entre parênteses do título é proposital. Afinal há músicas e mais músicas que vêm das ruas e elas sempre nos chamam a atenção por algum motivo. <i>Street calls you</i> é o slogan de uma marca de jeans estampado nas avenidas de São Paulo. Mas antes de falar dessa música que vem da rua, que se inspira na rua, que fala da rua, seria interessante falar sobre A rua propriamente dita. E como um preâmbulo, faço as seguintes perguntas: de que rua estamos falando? de que cidade? de que bairro? de que área? de que região? de que época? rua de quem? Pois é, a rua é o microcosmo do mundo, é onde as coisas se condensam, se transmutam e fazem reverberar na sociedade.</p> <p>nova textualização</p> <p>A(s) música(s) que v(ê)m da(s) rua(s)</p> <p>Sim, o plural reiterado (entre parênteses) é proposital. Afinal, há músicas e mais músicas, diversas músicas, que vêm das ruas – e que não deixam de pertencer a essa categoria singular “a música que vem das ruas”. A rua também é uma e muitas ao mesmo tempo.² Elas sempre nos chamam a atenção por algum motivo. <i>Street calls you</i>, como diz o slogan (de um jeans) atualmente estampado nas avenidas de São Paulo. Para falar dessa música que vem da rua, que se inspira na rua, que fala da rua, seria interessante pensar, antes, sobre a rua propriamente dita: de que rua estamos falando? de que tipo de cidade? de que bairros? de que áreas? de que regiões? de que épocas? rua de quem? Pois é, toda rua é um microcosmo, é onde as coisas todas do mundo se condensam, se transmutam e reverberam.</p> <p>² Ana, não sei se é isso, mas me parece necessário ao charme dessa entrada que se explique, além do plural, a manutenção da singular – pois ao usar os parênteses, vc não descartou o singular, não pôs tudo direto no plural, certo?</p>
--

Fonte: Salgado, 2016, p. 240

Legenda: Dado de revisão de textos: o escriba adjuvante opera (em negrito) na malha textual autoral, procurando enfatizar os traços do estilo autoral

1.1 A perspectiva discursivo-midiológica para estudo dos objetos editoriais

Pensar em termos de ritos genéticos editoriais exige que assumamos o fluxo da chamada “virada das materialidades”, anunciada acima. Desde a última década, nos estudos literários (em boa medida devido à produção digital, que põe problemas novos sobre os “suportes”) como nos estudos da comunicação social (impelida a compreender-se em fenômenos como a morte do jornal impresso, o advento das chamadas redes

sociais e a crescente concentração de poder de difusão das Big Techs), tornou-se um imperativo a consideração de algo que sempre esteve aí, embora apagadamente: os materiais tangíveis nos quais os textos se inscrevem configuram um objeto técnico que enseja esta ou aquela leitura, conforme suas feições e possibilidades – a questão da portabilidade, como a da replicabilidade, é elemento decisivo na história dos objetos de ler (cf. Melot, 2012).

Nessa virada das materialidades, autores proscritos no fim do século XX têm sido retomados, como Gilbert Simondon, Marshall McLuhan ou Vilém Flusser, para citar alguns que agora ressurgem como fontes para os estudos da linguagem que se veem confrontados com as demandas dos dispositivos digitais. Neste programa de pesquisa, importa muito *o modo de existência dos objetos técnicos* (Simondon, 2020), também os *meios de comunicação como extensões do homem* (McLuhan, 1976), assim como a noção de *formalização material* que nos obriga a levar em conta que falar em “materialidade” não é só uma questão de verificar que materiais estão envolvidos na circulação social de um texto, mas implica também examinar as formas impostas a esses materiais, formas que, ao mesmo tempo, cedem ao que esses materiais possibilitam, ou seja, *formalização material* (Flusser, 2013): se um material impresso passará a digital, importa saber que impresso (em que projeto gráfico, que distribuição de massa textual, que relação entre elementos linguísticos e outros) a ser lido em que tela, afinal (de um celular, um e-reader, um notebook, com que qualidade de tela em cada caso, com que funcionalidades?). Essas questões convergem, neste programa de pesquisa, para o entendimento de que todo texto em circulação social é um *mídium* (ou *médium*, em traduções mais interessantes embora menos frequentes nas publicações brasileiras).

Mídium é um conceito que propõe um modo de entender os objetos técnicos, quaisquer objetos técnicos – um copo de vidro, uma capa de caderno, a capa de um juiz no tribunal, um carro de luxo, um carro popular, uma bicicleta, um rio retificado no espaço urbano... Considerados em seu duplo corpo, esses objetos técnicos são matéria informada (que toma uma forma específica) e, por isso, tem este ou aquele

potencial de sensibilizar os que com eles tomam contato, convidados a certas práticas de apropriação e mesmo de recusa; e são também o valor institucional que impõe ou propõe tais formas. Trata-se de um jogo entre o corpo material de que uma instituição se reveste (a educação se expressa nas salas de aulas com suas carteiras e lousas, nos livros didáticos, etc.) e o corpo organizacional de que a matéria se investe (o espaço físico que prevê os fluxos na escola, a disposição das carteiras nas salas, a diagramação dos livros didáticos, etc.). O mídiun é sempre um mediador entre subjetividades justamente por isso: ele encarna, objetiva e materialmente, as possibilidades dadas por crenças e valores socialmente cultivados. Os mídiuns são transmissores de cultura.

Debray (2000), em sua formulação teórico-metodológica chamada *mediologia* (ou *mediologia*), designa esse duplo corpo como batimento entre *matéria organizada*, que se grafa MO (um livro é um exemplo modelar, dada sua sofisticada organização em partes que se articulam formando um todo coeso), e *organização materializada*, que se grafa OM (um livro não existe senão numa sociedade que o produz por ter certos anseios e certos entendimentos sobre sua função, que varia de um campo a outro, de uma época a outra). Relações sincrônicas e diacrônicas definem a potência transmissora dos mídiuns:

Por um lado, privilegiando a dimensão diacrônica, perguntar-nos-emos por quais redes de transmissão e formas de organização se constituiu esta ou aquela herança cultural. De que maneira foram instituídos os “pensamentos fundadores”? Qual meio físico e mental tiveram de atravessar, de que maneira negociaram com ele, que tipo de compromisso tiveram de aceitar? E a questão dirigir-se-á tanto à grande religião histórica quando à ideologia secular, tanto à esfera de influência quanto às capelinhas. Por outro lado, privilegiando o corte sincrônico, perguntar-nos-emos de que maneira a aparição de uma aparelhagem modifica uma instituição, uma teoria estabelecida ou uma prática já codificada. De que maneira um novo objeto técnico leva um campo tradicional a modificar-se? Por exemplo, qual efeito as gerações sucessivas de imagens gravadas (a fotografia, o cinema, o sistema digital) tiveram sobre a administração da prova nas ciências? (Debray, 2000, p. 139)

A metodologia analítica consiste, portanto, em conjugar MO/OM no estudo de casos, isto é, consiste em descrever o modo como a matéria organizada (MO) distribui

socialmente o que dá sustentação a uma organização nela materializada (OM). Rendelli, em seu trabalho de 2017, um estudo sobre a revisão de textos na edição de poesia contemporânea, trabalha com a noção de ritos genéticos editoriais e, para tanto, considera as relações entre mídiun e curadoria nos seguintes termos:

[...] podemos analisar o projeto gráfico de uma editora como parte de sua identidade. Aqui o jogo entre OM e MO acontece de forma muito clara. Embora o projeto gráfico vise a criar livros singulares, eles precisam ser coerentes com o projeto gráfico de cada editora para serem reconhecidos enquanto catálogo. Da mesma forma que existem dizeres no cerne do trabalho de revisão, por exemplo, que dialogam com a voz autoral para produzir novos sentidos; o trabalho gráfico, seja no que tange às escolhas de formato, tipografia, capa, papel etc., também produzirá sentido: é o que a noção de mídiun nos leva a considerar. O objeto editorial é um vetor de sensibilidade justamente porque seus elementos materiais estão organizados conforme a matriz de sociabilidade que o produz — a editora, seu lugar no mercado editorial, o gênero discursivo publicado... (Debray, 2000, p. 34)

O autor mostra como, na revisão de textos da poesia contemporânea, o trabalho de inscrição material das formulações linguísticas é muito fortemente conectado à diagramação dos poemas e aos formatos dos suportes que lhes dão circulação: a própria ideia de poesia, das possibilidades gráficas e volumétricas que a definem (uma organização materializada – OM, se considerarmos a literatura como uma instituição que define as acepções de poesia válidas) está francamente materializada nas formalizações materiais – ou seja, na MO.

Muitas tecnologias estão implicadas na edição dos textos que se preparam para ganhar vida pública: a língua, tanto falada quanto escrita, é uma tecnologia sofisticada, se consideramos que a técnica produz cultura justamente aí, onde suplanta o mero curso de uma natureza dada, externa ao fazer humano (ver, por exemplo, McLuhan, 1972; Debray, 2000; Flusser, 2013); e o texto é um arranjo tecnológico complexo que dela deriva. Sendo assim, todos os trabalhos de tratamento editorial de textos o são também, por definição, e estão sempre ligados às constrições das materialidades tangíveis nas quais os materiais linguísticos se dão a ler.

Esta famosa síntese de Melot (2012, p. 58) ajuda a selar a noção das diversas tecnologias superpostas no processo editorial, tão frequentemente ignoradas: “o livro não se reduz ao texto que ele contém, nem o texto à escrita, e é inquietante ver como os espíritos mais advertidos confundem em um mesmo caso a escrita, o texto e o livro”. Se acrescentamos a cada uma destas “instâncias” os seus ritos genéticos próprios – os da escrita, os do texto e os do livro –, logo vemos tratar-se de uma dinâmica sistêmica. A revisão de textos está aí, no coração desse sistema.

1.2 Uma definição discursivo-midiológica de objeto editorial

Na história ocidental dos textos públicos, tecnologias constitutivas dos textos em preparo para circulação social se desenvolveram muito intensamente ao longo do século XIII e, desde aí, de forma cada vez mais vigorosa, chegando a um marco tecnológico crucial no século XV, quando a prensa de Gutenberg deu celeridade e estabilidade às cópias, atendendo a anseios de uma sociedade ciosa de registros oficiais, cartoriais e outros tipos de conhecimento distribuíveis conforme posições na organização social. Essa direção dos desenvolvimentos tecnológicos relativos aos textos públicos firma-se no século XVIII, quando o refinamento das tecnologias de cópias fiéis (e fiáveis, portanto) se amarra inextricavelmente ao que desde o século VII se ensejava: a prática da leitura individual silenciosa, ancorada na estruturação do texto como um conjunto coeso de partes diferentemente fruíveis, de acordo com a instrucionalidade inerente a esse arranjo material. Nesse período,

[...] a língua escrita se dotou de meios gráficos novos: a pontuação, que não marca mais as pausas respiratórias, mas as articulações dos sentidos. Na mesma época, entre os séculos VII e VIII, começa-se a atribuir um sentido não-verbal aos signos de pontuação, como o ponto-e-vírgula. A leitura silenciosa existia desde a Idade Média, como demonstrou P. Saenger, logo, não foi a imprensa seu principal agente, mas o códice, cujo formato permitia a apropriação privativa e a prática solitária da leitura.

De um exercício fonético, a leitura torna-se um exercício reflexivo. Foi assim que se desenvolveram os métodos de navegação nos textos, onde a fala se torna totalmente inábil: como pronunciar as remissões supra e infra que

surgem a partir do século XII? [...] Com um aparato crítico disposto de maneira puramente gráfica, o conteúdo do livro passou do fonético ao arquitetural. (Melot, 2012, p. 69)

A estas considerações sobre as tecnologias textuais, Melot acrescenta a dobra, que transforma a superfície textual em volume ordenado e navegável, e logo a seguir, como uma das consequências da dobra, a portabilidade, que confere a esse objeto técnico mobilidade (pode ser facilmente transportado, inserido na vida cotidiana) e fácil estocagem (ele passa a caber sobre mesas de trabalho, junto a objetos correlatos, e em estantes finas rentes às paredes, ficando à vista e ao alcance). Sem dúvida, desde aí o livro se torna um objeto técnico paradigmático:

Ele submerge à lógica das ideias na fisionomia dos objetos, revelando tudo o que nossas operações lógicas e paixões religiosas devem a esta fabulosa ferramenta, surpreendentemente duradoura, que venceu a resistência da estela, das tabuinhas e do rolo, e da qual a tela eletrônica não dará cabo em um piscar de olhos, amanhã de manhã: o livro revelou a melhor relação até aqui encontrada entre valores contraditórios do estável e do móvel, da íntegra e da inconstância (como se diz, da relação custo/benefício). (Debray in Melot, 2012, p. 16)

Mas há mais. Há todos os outros objetos editoriais que tomam o livro como referência, emulando sua formalização material, aproximando-se dela, recusando-a... É desse raciocínio midiológico que decorre a definição de objetos editoriais com que temos trabalhado:

objetos editoriais são objetos técnicos que supõem uma cadeia criativa e uma cadeia produtiva, nas quais técnicas e normas são administradas por diferentes atores, com vistas à formalização material de uma síntese de valor sógnico, que enseja uma circulação pública, apontando para uma autoria e projetando um público leitor. (Salgado, 2024, p. 35)

Trata-se de uma definição teórica e também metodológica, pois é possível operar com o estudo de um único desses elementos, pondo-o em perspectiva na dinâmica completa; é possível estudar correlações entre alguns desses elementos ou descrever o sistema considerando a articulação de todos eles; é possível estudar um caso (um objeto editorial, uma editora, uma atividade profissional...) que levará a tocar

neste ou naquele elemento do sistema, nesta ou naquela correlação em sua dinâmica.

Aqui, nos detemos na revisão de textos, que entendemos ser um elemento da cadeia criativa, mobilizador de técnicas e normas relativas ao tratamento editorial de textos, que opera na constituição da síntese de valor sógnico (o texto e também o livro) com foco na autoria para a qual o texto aponta, como adjuvante dela, sempre tendo no horizonte sua relação com a prática leitora que pretende suscitar.

2 DISPOSITIVOS E DISPOSIÇÕES NA DIGITALIDADE: INTERAÇÃO E INTERLOCUÇÃO

Para encaminhar esta reflexão sobre a revisão de textos como tecnologia de interlocução, dadas as bases teóricas acima apresentadas, é preciso convocar agora a relação dispositivos/disposições para, então, circunscrever o termo “interação” e, finalmente, apresentar a ideia de “interlocução” como um fundamento da coenunciação editorial.

2.1 Sobre dispositivos e disposições

Considerando os objetos editoriais como mídiuns, operacionalizamos a análise do que nos estudos do discurso e em diversas vertentes de estudos da produção de sentidos se tem chamado de *dispositivo*. Esse termo, mobilizado quase sempre a partir das formulações foucaultianas, designa objetos técnicos e instituições que conformam quadros de restrições semânticas ligadas a práticas historicamente constituídas e socialmente cultivadas. Não pretendemos discutir as variações que o termo pode assumir nessa ampla convocação, antes, adotamos a definição de Agamben, que tem se firmado como uma síntese atualizada desses usos:

Generalizando a já amplíssima classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as

escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – por que não? – a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar. (Agamben, 2005, p. 40)

Essa capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes é o que se expressa no duplo corpo do mídiun: a relação MO/OM é uma descrição analítica da constituição e do funcionamento de um dispositivo. Não se trata de dizer que mídiun e dispositivo são sinônimos, mas de considerar que olhar os objetos técnicos como dispositivos permite levar em conta a lógica que os rege como objeto no mundo e os valores que esse objeto pode assumir numa dada organização social, numa dada conjuntura histórica. Portanto, trata-se de entender que esses objetos estão implicados na produção de subjetividades, pois são engehados, utilizados e eventualmente transformados conforme os sujeitos deles se apropriam – ou são por ele apropriados, como se tem discutido a respeito dos dispositivos digitais atuais, com o engolfamento algorítmico que os caracteriza.

Com isso, podemos dizer que os objetos técnicos, verdadeiros dispositivos, são mediadores de relações intersubjetivas: sua formalização material, que é matéria organizada, se sustenta numa matriz de sociabilidade que é a organização nele materializada, como vimos. Assim, certos dispositivos (os que são objetos técnicos) podem ser analisados como mídiuns, em seu duplo corpo.

Decorre daí que os sujeitos, criadores e utilizadores dos objetos técnicos, submetidos ao jogo que esses objetos animam, como dispositivos que são, podem ser entendidos como lugares discursivos que se definem por certas disposições: a de aderir a um objeto, a de recusá-lo, a de se apropriar dele e eventualmente transformá-lo, a de destruí-lo, a de ocultá-lo...

Neste programa de pesquisa, a subjetividade é vista, então, como expressão de uma disposição ou de disposições (que podem ser contraditórias, superpostas etc.), na medida em que pensamos os sujeitos discursivo-midiologicamente, isto é, como submetidos a injunções de um sistema em que eles ocupam dadas posições num campo, como atores socialmente constituídos numa rede de relações intersubjetivas, numa rede tecida entre sujeitos e objetos técnicos mediadores.

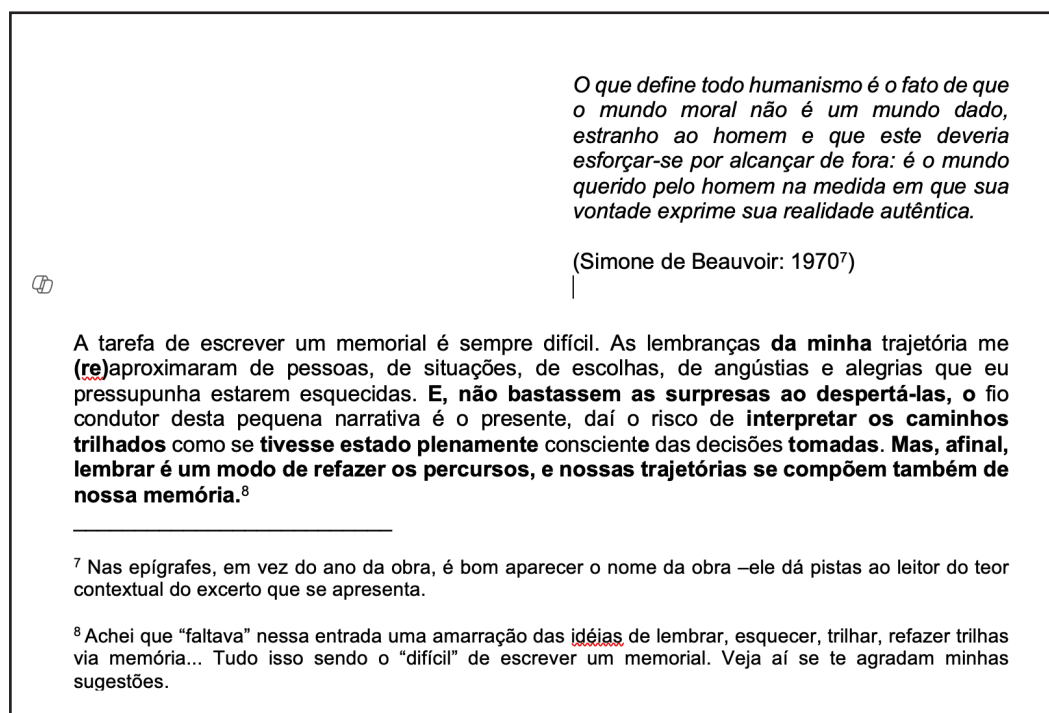
Assim, podemos dizer que a todo dispositivo correspondem certas disposições, e as disposições se produzem, reproduzem ou se alteram conforme se sensibilizam no contato com este ou aquele dispositivo. Em síntese: a perspectiva midiológica supõe a relação entre dispositivos e disposições.

No caso da revisão de textos, o escriba autor e todos os atores que, no processo editorial, trabalham sobre o texto autoral, estão afetados pelo dispositivo que é o texto em preparação. As disposições dos sujeitos em ação se instituem conforme o projeto editorial se vai realizando. No caso daqueles que trabalham diretamente na malha textual dos textos autorais, segundo esta abordagem, seu lugar discursivo se define pela disposição de coenunciar.

Razão pela qual seria um equívoco dizer que o revisor de textos é um coautor. Não se trata de quanto intervém no texto, mas de como intervém: a partir de que lugar, com que técnicas e instruído por que normas. Logo, com que autorizações e legitimações no jogo do sistema em que seu lugar se estabelece.

Trabalhos anteriores já discutiram fartamente esse entendimento das vozes que falam na mediação editorial, não vamos nos estender aqui. Importa, nesta linha de raciocínio, que o coenunciador editorial trabalha no lugar de interlocutor, explicitando a condição dialógica da alteridade constitutiva de todo texto e, por isso, contribui para o que se disse na abertura do livro de Gonçalves et al, citado no início deste artigo, sobre a qualidade do que se dá a futuros leitores, sobre a proeminência do leitor projetado, razão última da existência de um texto público. Retomo mais um dado:

Figura 2 – Excerto de memorial acadêmico em processo de edição



Fonte: Salgado, 2016, p. 253

Legenda: O trabalho de coenunciação editorial: um escriba adjuvante opera (em negrito) na malha textual autoral, projetando uma comunidade leitora bem específica, que exige cuidados

O excerto é de um memorial apresentado a uma banca de concurso público para provimento de uma vaga de professor numa área das Humanidades, e vemos que isso supõe uma série de delicadas questões. Muito resumidamente: de saída, a questão do estilo se impõe, espera-se uma voz autoral capaz de lidar com temas como a memória, implicada aí no gênero, numa espécie de metalinguagem competente, e isso deve ser feito na justa medida em que permita ao candidato mostrar-se como perfeitamente adequado à vaga sem soar arrogante – quer ser um par, tem de provar que merece sê-lo. Há um tom a manejar nesse memorial, que é um dispositivo nevrálgico numa situação de concurso – lembremos: numa dada área, em um dado departamento, numa dada universidade, diante de uma dada composição da banca, com uma dada concorrência, numa conjuntura histórica que baliza cada um desses elementos. Podemos ver aí as disposições do autor e do coenunciador editorial na lida com as injunções sistêmicas do material que preparam.

1.2 Coenunciação editorial, interação, interlocução

Estabelecida essa relação entre dispositivos e disposições, definidora dos mídiuns e, portanto, das posições daqueles que os criam, distribuem e consomem, chegamos a algo que parece ser o ponto mais importante nesta altura dos trabalhos de tratamento editorial de textos, nestes tempos de digitalidade (uma dinâmica de funcionamento) na qual a cibercultura é hegemônica (ou seja, em que prevalece o cultivo de aspectos informacionais em contraste com uma cultura digital mais voltada aos aspectos comunicacionais)².

Sabemos que o termo *interação* tem, nos estudos da linguagem, acepções muito bem delimitadas, notadamente desde a virada pragmática no meio do século XX, quando a relação entre turnos assumidos por diferentes locutores se impõe como base analítica. Contemporaneamente, em outra matriz epistemológica, deram-se os desenvolvimentos relativo à enunciação como contexto imediato de troca comunicacional radicado numa conjuntura. Um longo debate entre vertentes teóricas se deu desde então e aqui procuramos apenas registrá-lo, citando um texto de referência da neurolinguística. Para nossos propósitos, interessa reter desses debates a centralidade das formas de textualização da alteridade:

É dentro dessa preocupação dos estudos da Pragmática que a Neurolinguística procura extrair a preocupação com a análise das interações enquanto relações discursivas, com a manipulação das chamadas “leis discursivas” (que são normas interativas que orientam o uso social da linguagem), com os fatos textuais que explicitam o primado de discursos preexistentes (supostos, seus preconceitos) sobre o nosso próprio dizer (basta usar um provérbio ou enunciar algo como “segundo Fulano...” para termos uma ideia da presença desse “interdiscurso” em nossa própria fala), com o trabalho inferencial realizado pelos sujeitos e com as atitudes relacionadas aos diferentes contextos de uso da linguagem. Já em relação às teorias enunciativas, a Neurolinguística vai nelas procurar abrigo para

² Não desenvolveremos aqui detalhes da diferença entre *cibercultura* e *cultura digital*, baseada na perspectiva discursiva e midiológica que assumimos e que pode ser encontrada alhures (cf. SALGADO; OLIVA, 2021, por exemplo), mas será o caso de registrar o que supõe: 1. a digitalidade como um regime de funcionamento que preside os mídiuns digitais e afeta também, entranhando-se neles, mídiuns analógicos; 2. há duas formas de cultivo da digitalidade, ou seja, de práticas que cultivam esse regime de funcionamento, formas que coexistem e se interpenetram, mas são diferenciáveis – a cibercultura, herdeira direta da cibernética, privilegia segurança, fechamento técnico, seleção prévia de conteúdos, os expedientes de controle dos fluxos; a cultura digital privilegia partilha, compatibilização técnica, trocas autorreguladas, os expedientes de distribuição dos fluxos. Nesses termos, fica evidente que a cibercultura é prevalente hoje, nos modelos de negócios restritivistas.

a discussão que envolve a análise das interlocuções e de todo tipo de situação enunciativa (diálogo, narrativa, entrevista etc.), a dinâmica de papéis e posições dos interlocutores nas práticas com linguagem, os processos de referência semântico-discursivos. Quanto à Análise do Discurso, a aproximação torna-se possível em função da preocupação com a constituição dos dados (linguísticos, cognitivos), com o interesse por estudos que se dedicam à memória discursiva – que vincula as palavras tanto aos fatos quanto à repercussão subjetiva e social desses fatos – e com as condições (ideológicas, culturais, afetivas) de produção da linguagem. (Morato, 2003, p. 161)

Nessa passagem, vemos que a *análise das interações* está mais ligada aos scripts, protocolos sociais de contato entre sujeitos ou que pressupõem formas de contato entre sujeitos – de nossa perspectiva, contato sempre mediado por objetos técnicos, dispositivos que suscitam certas disposições; e a *análise das interlocuções* supõe gêneros textuais, posições dos locutores, processos construídos por pactos sociais amplos e complexos – de nossa perspectiva, pactos sempre mediados por instituições, dispositivos que fomentam certas disposições.

Essa diferença entre interação e interlocução nos permite designar, neste programa de pesquisa, diferentes relações entre dispositivos e disposições: no caso da interação, disposições de contato ligadas às interfaces, às superfícies que reúnem elementos afins, que organizam, conforme protocolos, padrões de textualização; no caso da interlocução, disposições de troca ligadas às programações, às articulações que orientam fluxos, que viabilizam, conforme aberturas, escapes e derivas dos protocolos, modos singulares de textualizar.

Não será à toa o fato de o termo *interação* ser tão amplamente utilizado nos mídiuns digitais atuais, alimentados por hits, cliques, likes e compartilhamentos que vêm sendo chamados de ações de “engajamento”, que são, de fato, o modo como os dispositivos digitais tomam o tempo e a energia dos usuários, os quais interagem permanentemente alimentando um sistema que depende de movimentação rápida e ininterrupta. Ciscar nas redes é o que se faz predominantemente. Como usuários desses mídiuns, esgravatamos superfícies retirando delas pedacinhos que interessam à nossa disposição imediata de obter produtos precisamente definidos.

A interlocução tem outra temporalidade, supõe um comum construído como referência da produção dos sentidos, esquadrinha o território antes de agir e assim atua nele, informada sobre sua constituição. A interlocução é uma jornada, uma expedição, uma entrega a um processo cujos produtos não são plenamente previsíveis. A interlocução supõe a disposição de construir a relação com o outro, encontrando seu ritmo; a interação captura o tempo de cada um na execução de ações que têm um fim, uma meta. A interlocução supõe um horizonte, não se define por um ponto ao qual se quer chegar, mas por um caminho que, trilhado, levará a algum lugar.

Isso dito, podemos formular uma última grande questão, que é por onde prossegue doravante o programa de pesquisa aqui apresentado: a revisão de textos, como se pode verificar nos dados acima e nos dados analisados nas obras citadas neste artigo, que constituem um farto exemplário, pode até supor gestos de interação (abrir arquivos, preencher ckecklists etc.), mas ela é sobretudo interlocução, pois reabre o texto que já se havia fechado, trafega por flancos, afluentes, levanta questões sobre os sentidos que esta ou aquela construção produzem, mostra que esses sentidos, inscritos nesta ou naquela materialidade, circularão deste ou daquele modo; a revisão de textos como atividade de coenunciação editorial procura antecipar leituras possíveis, procura apontar caminhos prováveis, procura garantir veredas ciente de que todo texto é grande sertão e sempre haverá surpresa.

A coenunciação editorial é um trabalho interlocutivo. Não se define por ciscar os textos catando gralhas e quejandos – embora isso faça parte da atividade muitas vezes; mas ela se define por abrir clareiras na mata densa ou sugerir picadas na floresta fechada – para retomar metáforas frequentes nos agradecimentos de autores.

Em todo caso, põe-se aqui, finalmente, o ponto onde vem desaguar a razão da exposição desenvolvida: os mídiuns digitais hoje são basicamente dispositivos interacionais, isto é, afeitos à interação que os modelos de negócios exigem, uma movimentação frenética com a qual se nutre o sistema de produção de “relevância”, que supõe a massiva captura de dados – e isso é a contramão da interlocução.

Uma descrição desse império da interação pode ser assim formulada:

Os mídiuns digitais foram historicamente demarcados pela lógica de dispositivos que suscitam disposições diante da impossível contenção dos corpos e dos sentidos, pelo menos da virtual impossibilidade de conter o que se produz e se multiplica exponencialmente e, pelo menos até o momento, incontrolavelmente.

A falta de regulação das Big Techs, sua capacidade de coleta ininterrupta de metadados e rastros de navegação e o desenvolvimento de tecnologias de retroalimentação do funcionamento midiosférico tornaram-se hegemônicos desde os planos de negócios dos anos 1990 e estabeleceram como vetor para quase todos os mídiuns digitais um engolfamento em si mesmo. É bastante conhecida já a problemática da modulação de comportamentos (Silveira 2019), instituinte do capitalismo de vigilância (Zuboff 2019) que, com seu sistema de recomendações, notificações e gestão por formulários, demanda, ainda, que fabulemos avatares, perfis, identidades com os quais nos encenamos diuturnamente, obrigatoriamente.

A busca incessante pelo engajamento que garante acessos e cliques se pauta por uma tecnologia da adicção, desenvolvida, entre outras coisas, pela construção de interfaces que promovem, de um lado, uma navegabilidade facilitada por meio de padronizações que caracterizam diferentes “serviços” e, por outro lado, a entrega de um conteúdo personalizado, garantido por expedientes algorítmicos desconhecidos dos usuários mas tecnicamente de acordo com interesses que, ao mesmo tempo em que são detectados e atendidos, são motivados e construídos. Esse é o enlaçamento paradoxal característico da digitalidade.

Nessa constelação de dispositivos guiados por disposições de que também são guias, como partilhar o comum num viver regido pelo infinito voltar-se a si mesmo? (Rocha; Salgado, 2024, p. 512)

Diante disso, será o caso de fechar este texto afirmando: a revisão de textos é uma tecnologia de interlocução e, como atividade de trabalho, adapta-se mal aos aplicativos hoje usados para editar textos, que são quase sempre produtos de empresas ligadas às BigTechs: predominantemente softwares proprietários, hipercodificados, pesam e bugam arquivos, que se desconfiguram na passagem de uma máquina a outra, de uma nuvem a outra etc., e também enquadram – talvez fosse o caso de dizer achatam – em caixas de comentários hiperpadronizadas, em efeitos violentos como tachado e superposição, aquilo que mereceria maior plasticidade, pelo menos no processo de tessitura, anterior à textura com que, em versão pública, o texto se dará a ler mais amplamente.

Se não se produzirem aplicativos, plataformas... enfim, mídiuns capazes de deixar correr as interlocuções entre sujeitos dispostos à aventura da textualização, pode ser mesmo que boa parte dos textos resulte da ciscagem de uns destinada à ciscagem de outros – nenhuma troca efetiva de ideias, só o contato aflito da consecução imediata, apenas função fática, para usar um termo famoso de Jakobson.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo?. **Outra Travessia 5**: a Exceção e o Excesso. UFSC, Florianópolis, 2005, p. 27-51.
- BALESTERO, M. **Edição de textos no Brasil**: descrição, análise e sistematização terminológica. 187 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências, Letras e Artes, Unesp, Araraquara, 2024.
- DEBRAY, R. **Transmitir** – o segredo e a força das ideias. Trad. Guilherme de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FLUSSER, V. **O mundo codificado**: por uma filosofia do design e da comunicação. Org. Rafael Cardoso; trad. Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: CosacNaify, 2013.
- GONÇALVES, F.B. et all. **Conectando saberes e práticas**: reflexões sobre revisão de textos. Natal: SEDIS-UFRN, 2024.
- MCLUHAN, M. **A Galáxia de Gutenberg**. Trad. Anísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, [1962] 1972.
- MELOT, M. **Livro**,. Trad. Marisa Midore, Valéria Guimaraes. Cotia: Ateliê, 2012.
- MORATO, E. Neurolinguística. MUSSALIM, F.; BENTES A.C. (org.) **Introdução à Linguística** – domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2003, p. 143-170.
- MUNIZ, J.S. **Tinha um editor no meio do caminho**. Divinópolis: Artigo A, 2018. Questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual.
- ROCHA, R.C.; SALGADO, L.S. Na galáxia digital, questões sobre literatura e digitalidade. **Bulletin of Hispanic Studies**, Londres, vol. 101, n. 6, p. 505-519, ago. 2024.
- SALGADO, L.S. **A revisão de textos nos ritos genéticos editoriais**. Uberlândia: Autorar, 2024.
- SALGADO, L. S. **Ritos genéticos editoriais** – autoria e textualização. 2 ed. Bragança Paulista: Margem da Palavra, 2016.
- SALGADO, L.S.; MUNIZ, J.S. Da interlocução editorial: a presença do outro na atividade dos profissionais do texto. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n.5, p. 87-102, jan. 2011.

SALGADO, L.S.; OLIVA, J.T. **Espaço comunicativo e fratura social**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

SIMONDON, G. **Do modo de existência dos objetos técnicos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, [1958] 2020.

YAMAZAKI, C. Editor de Texto: Quem é e o que Faz. **Anais Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, Santos, XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2007, p. 1-16.

Contribuição de autoria

1 – Luciana Salazar Salgado

Professora Associada no Departamento de Letras da UFSCar, graduada em Letras (Francês e Português) pela FFLCH/USP (1992), licenciada em Língua Portuguesa pela FE/USP (1994), tem especialização em Comunicação de Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM (1995). É mestre em Educação (área de concentração: Ciência e Linguagem) pela Faculdade de Educação - FE/USP (1998) e doutora em Linguística (área de concentração: Análise do Discurso) pelo Instituto de Estudos da Linguagem - IEL/Unicamp (2007).

<https://orcid.org/0000-0002-1052-0726> - lucianasalazar@ufscar.br

Contribuição: Escrita – primeira redação, Escrita – revisão e edição.

Como citar este artigo

SALGADO, L. S. A revisão de textos como tecnologia de interlocução. **Gutenberg - Revista de Produção Editorial**, v.5, e91364, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5902/2447115191364>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/experiencia/article/view/91364>. Acesso em: xx/xx/xx.